

## **ANÁLISE TEÓRICA DOS MODELOS DEMOCRÁTICOS CLÁSSICOS, CONTEMPORÂNEOS E PARTICIPATIVOS.**

Roballo José Henrique Machado.

Cita:

Roballo José Henrique Machado (2010). *ANÁLISE TEÓRICA DOS MODELOS DEMOCRÁTICOS CLÁSSICOS, CONTEMPORÂNEOS E PARTICIPATIVOS*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/366>

ANÁLISE TEÓRICA DOS MODELOS DEMOCRÁTICOS CLÁSSICOS,  
CONTEMPORÂNEOS E PARTICIPATIVOS

JOSÉ HENRIQUE MACHADO ROBALLO<sup>1</sup>

ÁREA TEMÁTICA: TEORIA POLÍTICA  
SUBÁREA: TEORIA DA DEMOCRACIA

TRABALHO FEITO PARA A SUA APRESENTAÇÃO NO V CONGRESSO  
LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, ORGANIZADO PELA  
ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA  
(ALACIP)

---

<sup>1</sup> Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS. Contato: ze\_poars@hotmail.com.

# ANÁLISE TEÓRICA DOS MODELOS DEMOCRÁTICOS CLÁSSICOS, CONTEMPORÂNEOS E PARTICIPATIVOS

José Henrique Machado Roballo<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho fará uma análise dos modelos democráticos clássicos, contemporâneos e participativos. A abordagem é teórica e nela vamos observar as características e as críticas que se seguem nos modelos democráticos clássicos, contemporâneos e participativos. Vamos percorrer um posicionamento analítico da democracia dos antigos e dos modernos proposta por Norberto Bobbio. Adiante falaremos dos teóricos clássicos da democracia, como Rousseau e Mill. Na parte seguinte iremos tratar sobre seus críticos Schumpeter, Dahl e Sartori, bem como apresentaremos seus posicionamentos quanto à democracia. Por fim, vamos expor o pensamento da corrente culturalista da Ciência Política representada por Almond, Verba, Pateman e Inglehart e como os padrões de valores democráticos são transmitidos pela sociedade a partir do processo de socialização política, bem como a importância desse processo na consolidação de um modelo democrático mais participativo.

Palavras-chave: democracia, teorias democráticas e socialização política.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a preocupação de analisar pontos de debate sobre o desenvolvimento de valores democráticos participativos e lançar alguns questionamentos sobre a importância desses conceitos para a ampliação e consolidação da democracia. A abordagem a ser tomada adiante não irá trabalhar com dados empíricos, portanto, vamos analisar alguns autores que observaram as teorias clássicas da democracia, as teorias contemporâneas de modelos mais participativos e inclusivos, bem como entender o processo de formação da cultura política, socialização política e o quanto tais padrões de socialização podem influenciar nos valores democráticos.

Para manipulação dos conceitos acima citados, julgamos necessário abordar alguns teóricos que tratam da democracia desde um posicionamento mais filosófico-

---

<sup>2</sup> Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS. Contato: ze\_poars@hotmail.com.

normativo até autores que trabalham a partir de uma perspectiva analítica voltada para a qualidade dos valores democráticos estabelecidos nos sistemas políticos. Dentre os autores classificados em uma linha mais filosófica de corrente pensamento, podemos citar Norberto Bobbio, ao se preocupar em entender a conformação da democracia, analisando-a teoricamente contrapondo os princípios dos modelos democráticos para os antigos e os modelos elaborados pelos pensadores modernos.

Dentro das abordagens mais clássicas, podemos ver fortes influências geradas pelos estudos elaborados por Jean-Jacques Rousseau e John Stuart Mill. Apesar da crítica que esses pensadores vão sofrer mais adiante dos teóricos contemporâneos da democracia, eles se colocam como importantes dentro do pensamento clássico, pois suas propostas estão dispostas a entender como a ampliação e a posterior consolidação dos mecanismos de participação são essenciais para o bom andamento dos arranjos institucionais dos sistemas políticos democráticos.

Dentro os críticos dessa corrente anterior de pensamento, classificamos como necessários para a análise deste trabalho, Joseph Schumpeter, Robert Dahl e Giovanni Sartori. Ambos por se colocarem como questionadores dos teóricos clássicos da democracia, mas também por serem vistos como analistas da realidade em que estão inseridos.

Após essa abordagem, vamos discutir alguns analistas preocupados em entender a qualidade do modelo de democracia vivenciada. Nessa linha, analisaremos autores como Gabriel Almond e Sidney Verba, Carole Pateman e Ronald Inglehart e suas discussões quanto da importância de averiguar a cultura política e a ampliação nos mecanismos de participação política a serem desenvolvidos na democracia. Cabe ressaltar, no entanto, que somente o viés da cultura política não responde a questão da consolidação da democracia participativa, caso não haja uma socialização anterior disposta a tornar as relações sociais mais democratizadas e horizontalizadas; portanto, a parte que se segue a discussão culturalista vai apresentar as características da socialização política e a sua capacidade de moldar o padrão de maior ou menor participação das pessoas.

## CARÁTER FILOSÓFICO DA DEMOCRACIA

Norberto Bobbio está inserido na discussão proposta a analisar filosoficamente os modelos de democracia. Seus estudos debatem como esses modelos de governo eram

caracterizados desde os pensadores gregos até os autores das teorias mais clássicas desenvolvidas para as realidades democráticas vivenciadas no século XX.

Segundo o autor, desde a idade clássica até os pensadores mais atuais, a democracia sempre foi caracterizada como uma forma de governo, ou uma das formas em que o poder pode político ser exercido. Em seus fundamentos, essa modalidade de governo seria caracterizada como aquela em que o poder político é exercido pelo povo.

Bobbio assinala a importância em diferenciar o modelo democrático preconizado pelos antigos em contraposição aos autores modernos. A diferença reside na necessidade de desenvolvimento de mecanismos de representação para o processo de tomada de decisões. É perceptível a grande preocupação do autor em analisar e diferenciar quanto ao critério da representatividade os diversos modelos democráticos averiguados desde a política na polis grega até os clássicos da política moderna.

Para os gregos, os modelos políticos de democracia não passavam de uma degeneração das formas de governo desenvolvidos. Segundo Platão, o modelo democrático não passa de uma anomalia das formas de governo reconhecidas naquele período. Em “República”, esse filósofo coloca a democracia como um dos quatro modelos degenerados para uma cidade ideal. As quatro formas de governo apresentadas pelo filósofo são a timocracia, a oligarquia, a democracia e a tirania, ou seja, a democracia é colocada como um dos piores tipos de governo, ficando acima somente da tirania.

Para Platão a oligarquia caracteriza-se como o governo dos ricos, enquanto a democracia pode ser vista como o governo estabelecido pelos pobres contra os ricos. O princípio norteador dessa forma de governo é a liberdade, mas caracteriza-se por ser uma liberdade facilmente convertida em libertinagem, pois não havia a previsão do desenvolvimento de mecanismos de freio morais e políticos típicos de um verdadeiro cidadão participativo e responsável com a realidade de sua cidade. A degeneração do modelo democrático poderia ser visto pelo extravasamento da esfera particular com o interesse de saciar desejos supérfluos, caracterizando-se como o governo dos demagogos.

Para outro pensador grego, Aristóteles, as formas de governo são analisadas e classificadas quanto a sua bondade ou a sua maldade. Ele sustenta-se no binômio de o governo preocupar-se com a consolidação do bem comum ou com o seu próprio bem e

seus interesses<sup>3</sup>. Para esse pensador, as formas de governo dos muitos são caracterizadas como politéia, quando boas, e como democracia, quando más. Assim como Platão, Aristóteles classifica a democracia como o governo dos pobres, portanto é o governo dos muitos, uma vez que os pobres são bem mais numerosos que os ricos. Mas seja em prol somente dos ricos, seja em prol somente dos pobres, um governo que se proponha a defender os interesses de um determinado grupo social não passa de uma forma degenerada, pois falha no cumprimento do bem comum de toda a sociedade.

Ante esses modelos, a participação política preconizada pelos gregos está calcada na participação política direta. O processo eleitoral dentro do sistema político dos antigos caracteriza-se por ser uma exceção, ante a necessidade de ampliar os mecanismos de participação direta dos cidadãos. Diferentemente do modelo político desenvolvido pelos modernos em que a base está na ampliação de mais espaços de participação cidadã e do estabelecimento das eleições como um sistema de controle dos representantes, para o caso dos teóricos contemporâneos da democracia. Como veremos adiante, alguns autores clássicos partem dos pressupostos de que a política deve estar cada vez mais apoiada na construção de mecanismo de participação a partir do treinamento que as instituições políticas devem fazer para a consolidação de cidadãos preocupados com as questões voltadas para a sociedade e para a política.

## TEORIA CLÁSSICA DA DEMOCRACIA

Alguns teóricos clássicos podem ser visto como antecipadores da análise proposta pelos autores que discutem a democracia a partir de um viés participativo. Nessa linha de abordagem destacamos os nomes de Jean-Jacques Rousseau e John Stuart Mill.

A discussão proposta pelos três pensadores citados preocupa-se com a prática participativa que deve ser cada vez mais desenvolvida entre os cidadãos. Rousseau propõe um debate direto contra o modelo proposto pelos teóricos que tratam dos modelos políticos em que a participação dos cidadãos coloca-se adstrita a uma esfera

---

<sup>3</sup> Esse critério aristotélico de avaliar as formas de governo em boas ou más acabou se tomando um dos lugares-comuns do conhecimento científico da política. A sucessão dos períodos históricos demonstra que cada vez mais o critério de separação entre um governo que se preocupe com o bem comum vai sendo a forma de classificação mais aceita pelos pensadores da política.

bem reduzida<sup>4</sup>. Outros pensadores que são classificados na linha de pensamento contratualista como Thomas Hobbes e John Locke apresentam uma forma de governo calcada em uma esfera de participação reduzida por parte dos cidadãos, sendo entregue os direitos políticos a entidades da sociedade com a capacidade de decisão e representação do povo.

Rousseau coloca-se como crítico dessa forma de governo ao debater a necessidade do povo fazer-se presente nas discussões que sejam importantes para a cidade. Para esse pensador, a participação deve constantemente ampliada e incentivada a partir de mecanismos de “treinamento” da prática participativa. Ele propõe que assim se desenvolve um círculo virtuoso na política, em que a constante participação leva um maior treinamento participativo e assim conduz a maiores índices de participação por parte da população.

Pode-se verificar que a participação é bem maior que um mero complemento da vida política da sociedade. Se for pensada a política como um arranjo institucional, como sugere Dahl e Sartori, a participação não é um simples complemento dentro desse arranjo; provoca, sim, um efeito psicológico importante para aquele que participa, pois assegura a sobrevivência do sistema político e ainda desenvolve a sensação da importância que o indivíduo tem para a manutenção da política.

Rousseau, em “Contrato Social”, apresenta algumas condições mínimas para a consolidação desse sistema participativo. Segundo o autor, a participação nos processos de decisão eliminaria o modelo representativo sugerido pelos outros pensadores da época; voltando-se, portanto, a um modelo direto de democracia, onde todos poderiam e deveriam participar. Ele também sustenta a necessidade de certo nível econômico mínimo para a consolidação dos mecanismos de participação. A sociedade não precisa ser composta somente por pessoas ricas, mas é preciso que haja um equilíbrio sócio-econômico entre os pertencentes da sociedade para que não ocorram altos índices de desigualdade.

Como é desenvolvido um sistema de participação direta de todos os cidadãos, as relações de interdependência entre todos são salutares para o sistema político rousseauiano. Esse mecanismo prende todos os cidadãos aos outros e ao sistema legal

---

<sup>4</sup> A principal crítica sofrida por Rousseau mais adiante é a de seu modelo somente servir para explicar sociedades muito pequenas, quase como cidades-Estado. Como vamos ver nas características a seguir, a crítica não deixa de ser procedente, no entanto, o autor é importante devido a colocar-se como crítico de um modelo de sociedade interessado na redução da participação direta do cidadão e o aumento do poder de órgãos representativos de governo.

criado por eles para a manutenção do sistema político. Já que todos são participantes da política e todos necessitam da presença dos demais para a tomada de decisões, os encargos e benesses oriundos das decisões tomadas afetam a todos os participantes<sup>5</sup>.

Um ponto importante a ser destacado é a desautorização na formação de associações organizadas para a tomada de decisões. Não devem existir grupos organizados com poder maior que o correspondente ao de um cidadão para defender seus interesses e para que esses sejam colocados acima da vontade dos demais. Isso pode levar a proeminência de vontades particulares, conduzindo ao mau funcionamento das instituições políticas.

O sistema conduz o cidadão a sentir-se livre, pois a liberdade advém da obediência a leis prescritas a si mesmo. Os mecanismos de participação desenvolvidos no modelo político pensado por Rousseau geram um controle sobre o ritmo de vida conduzido pelo cidadão (consolidam-se assim as liberdades objetiva e subjetiva). E assim como a participação é apreendida com a prática diária de participar, a liberdade é cada vez mais consolidada com a prática participativa.

Do sistema político desenvolvido por Rousseau ficam três funções importantes da participação: a primeira é a educativa, pois quanto mais o cidadão participa da política, mais ele está apto para participar; a segunda é a função que trata da capacidade de aceitação individual da tomada de decisões, ela está vinculada ao modelo de liberdade, pois as decisões tomadas são sempre justas e atendem as demandas da sociedade; a terceira função é a integração, pois cada cidadão isolado não consegue impor suas vontades, necessitando de se integrar com a sociedade e conviver dentro de uma comunidade.

Na continuidade da observação dos modelos clássicos de democracia, vamos observar as características levantadas por John Stuart Mill para o desenvolvimento de práticas participativas no sistema político. A análise desse pensador se coloca diferentemente a de Rousseau já no que tange ao tamanho da população em estudo. Seus trabalhos buscam extrapolar a cidade-Estado e ir mais além do que Rousseau propõe.

---

<sup>5</sup> Esses mecanismos de participação formam a chamada vontade geral, a qual é sempre justa dentro do sistema político elaborado por Rousseau, uma vez que ela vai sempre estar apoiada nos princípios criados pelos próprios cidadãos. Ocorre também uma aproximação dos interesses individuais com o cumprimento dos interesses públicos, pois o processo participativo busca proteger os interesses privados, mas assegurando um bom governo preocupado com as questões públicas.

O destaque desse autor é a tentativa de se colocar como um analista que contrapõe os modelos de governos representativos e teorias participativas. Seus principais teóricos norteadores foram Jeremy Bentham e James Mill, seu pai, que posteriormente foram criticados por Stuart Mill.

Assim como Rousseau, ele se preocupa não somente com o desenvolvimento dos aspectos empresariais de uma sociedade. Para ele, um bom governo é aquele que promove uma boa administração dos assuntos de interesse da sociedade (primeiro aspecto – empresarial), mas também é aquele que atua sobre a mente humana, devendo promover um avanço mental geral da comunidade (segundo aspecto – função educativa da participação)<sup>6</sup>.

Para tanto, é necessário o desenvolvimento de instituições políticas dotadas de caráter educativo no sentido mais amplo da palavra. Conforme apresenta Carole Pateman (1992):

“(...). Para ele, os dois aspectos do governo estão interrelacionados, de forma que a condição necessária para o bom governo no sentido empresarial é a promoção do tipo correto de caráter individual e, para tanto, são necessários os tipos corretos de instituições.”

No desenvolvimento desse caráter individual a partir da visão empresarial, somente o governo popular e democrático seria capaz de cumprir esse papel educativo. Muito desse papel pode ser destacado na capacidade dessa forma de governo se colocar em posicionamento crítico ao despotismo benevolente (assegurando a boa condução do governo, estariam garantidas as características educativas para a formação do cidadão participativo). Essas instituições afeitas ao modelo democrático permitiriam o desenvolvimento do caráter ativo do espírito público<sup>7</sup>.

Mill, bem como Jean-Jacques Rousseau acredita que essas qualidades se desenvolvem pela participação anterior, caracterizando o sistema político como um mecanismo gerador de auto-sustentação. É possível perceber assim o estabelecimento

---

<sup>6</sup> Verifica-se nesse ponto uma crítica ao modelo desenhado por Bentham. Para ele, indicar os meios pelos quais os interesses materiais podem ser protegidos pode ensinar como organizar e regular os arranjos sociais. No entanto, Mill questiona esse posicionamento meramente empresarial e utilitarista da forma de governo observando a necessidade de desenvolver mecanismos educativos de participação política para os cidadãos.

<sup>7</sup> Nessa afirmação podemos ver novamente a premissa básica defendida pelos teóricos da democracia participativa, em que há a conexão existente entre os indivíduos, suas qualidades, características psicológicas e instituições políticas.

de um círculo virtuoso de participação<sup>8</sup>, pois devido à função educativa o indivíduo é forçado a ampliar seus horizontes e participar cada vez mais ativamente da vida pública da sociedade.

Em um livro chamado “Economia Política”, Stuart Mill coloca-se questionamentos sobre o desenvolvimento de instituições políticas sem o prévio treinamento dos cidadãos. Para o pensador, um sistema político denominado como democrático sem a presença de instituições efetivamente democráticas e restritas ao governo central não apenas deixa de proporcionar a liberdade político, como acaba criando um efeito contrário ao desejado. Indo além dessa afirmação, John Stuart Mill afirma que é pouco efetivo desenvolver o sufrágio universal e a participação em nível nacional, se o indivíduo não consegue ampliar seus mecanismos de participação nas esferas locais, pois é nesses espaços que o indivíduo aprende a se autogovernar, ou vivencia a democracia.

Mill demonstra ser no nível local que ocorre o efetivo papel educativo da participação política. É nesse espaço em que o indivíduo efetivamente sente o peso das decisões tomadas e onde suas opiniões podem alterar alguma coisa em sua vida. Essa horizontalidade do processo de participação e de tomada de decisões no local capacita o indivíduo a perceber que o seu posicionamento é importante em processos de decisão maiores<sup>9</sup>.

Apesar de ter feito toda uma análise em que o autor coloca a necessidade da prática participativa para o desenvolvimento de uma democracia mais participativa, Mill não conseguiu construir arranjos políticos que colocassem todos com a mesma capacidade de participação. Em seus trabalhos, ele primou pelas classes mais instruídas como capacitadas a participarem do governo. A teoria política do autor também apresenta alguns equívocos quanto aos mecanismos de prestação de contas por parte da elite governante com o povo. Grande parte dos cidadãos não consegue ser atingido pela teoria política, uma vez que os governantes devem ser recrutados dentro da elite instruída. A importante herança do pensamento de Mill é a análise centrada na indústria,

---

<sup>8</sup> Similar ao princípio de Rousseau em que é possível ver o desenvolvimento de um círculo virtuoso, pois a participação leva a maior treinamento de participar, a qual capacita cada vez mais os indivíduos a participarem da vida política, sucedendo-se treinamento e participação infinitamente.

<sup>9</sup> O autor coloca uma comparação com as atividades habituais para justificar as afirmações da necessidade de participação nos espaços locais. Nas palavras de Mill: “não aprendemos a ler ou a escrever, a guiar ou a nadar apenas porque alguém nos diz como fazê-lo, mas porque o fazemos (...)”. Similar a participação na vida da política, a qual só é aprendida quando se pratica o governo popular em pequena escala.

pois para ele esse espaço em que a participação cumpriria melhor a sua função educativa.

Podemos verificar nos autores da linha clássica a necessidade de ampliar os mecanismos de participar nas esferas mais locais. Apesar da teoria política de Rousseau estar mais voltada para a cidade-Estado, Mill apresenta um importante roteiro de desenvolvimento de mecanismos participativos em sociedades maiores. Mais adiante vamos analisar alguns críticos dos autores clássicos e seus posicionamentos quanto à ampliação de grupos excluídos no sistema democrático a partir do século XX.

## TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DA DEMOCRACIA

Após a observação do pensamento proposto pelos autores da linha clássica da Ciência Política, é necessário revisar seus principais críticos, os pensadores da linha contemporânea sobre a democracia. A partir dessa parte do trabalho, vamos apresentar as teorias propostas por Joseph Schumpeter, Robert Dahl e Giovanni Sartori, bem como suas críticas aos modelos clássicos da democracia.

Na visão dos autores contemporâneos da democracia, a linha de pensadores clássicos é vista não como analistas de sua época, mas, sim, como autores dispostos a fazer julgamentos de valor sobre os modelos de governo e fazer proposições normativas sobre como esses sistemas deveriam se comportar. Portanto, Schumpeter, Dahl e Sartori são encarados como representantes de um novo estilo de produção científica da política. Eles são classificados como os primeiros a fazerem análises dos sistemas de governo a que estão inseridos, observando suas características e propondo sugestões quanto à qualidade desses sistemas.

Segundo Joseph Schumpeter, era necessário rever as teorias que tratavam da democracia, e, mesmo não contendo todo um aparato de pesquisas empíricas, revisou as teorias clássicas<sup>10</sup>. Para o autor, democracia não passa de uma teoria dissociada de ideais e fins. Ela passa a ser vista como um método político em que se constitui um modelo de arranjo institucional para a construção do processo de tomada de decisões legislativas e administrativas.

Em sua teoria democrática, Schumpeter partia do pressuposto que os pensadores clássicos equivocavam-se em centralizar o papel de participação e tomada de decisões

---

<sup>10</sup> Principal livro que apresentou essa revisão foi “Capitalismo, socialismo e democracia”, de 1943.

por parte do povo. A teoria schumpeteriana defendia como eixo central a competição entre os que potencialmente tomam a decisão pelo voto do povo. A diferenciação dos outros métodos políticos para a democracia está na centralidade da competição. É esse processo que caracteriza um verdadeiro sistema democrático.

Na lógica do sistema construído pelo autor, qualquer pessoa pode participar da competição, sendo necessária a manutenção das liberdades civis costumeiras. No entanto, Schumpeter acreditava ser importante a formação de uma elite política que fornecesse candidatos aptos a concorrer nesse processo eletivo. A mesma lógica do mercado que regia a escolha dos consumidores por determinados produtos era aplicada aos eleitores no processo de escolha dos participantes da competição política. Os eleitores colhem entre as políticas (produtos) oferecidas por empresários políticos e os partidos regulam a competição do mesmo modo que as associações de comércio na esfera econômica.

Algumas condições necessárias para a existência desse método democrático é o respeito às liberdades civis e a tolerância às opiniões dos outros. Outro ponto importante é necessidade de todos os interesses envolvidos fossem virtualmente unânimes em sua lealdade aos princípios estruturais da sociedade existente. Porém, nada era dito quanto à questão do sufrágio universal, bem como qualificações vinculadas à renda, a raça e a religião eram perfeitamente compatíveis com o método democrático preconizado pelo autor.

Devido ao mecanismo de qualificação para caracterizar o sufrágio no método democrático de Schumpeter, poucos canais de controle sobre o governo necessitam efetivamente serem desenvolvidos. A participação da população deve ficar adstrita a votar na escolha do líder e debater. Para o autor, as práticas de controle dos atos políticos dos representantes são contrárias a manutenção do espírito democrático, constituindo-se numa completa negação do conceito de liderança.

Verifica-se que a noção da participação é relegada para um plano inferior dentro da teoria proposta por Joseph Schumpeter. Para a sustentabilidade da democracia é necessário haver um número suficiente de cidadãos para manter o funcionamento da máquina eleitoral (arranjos institucionais). Prima-se pela figura dos líderes como condutores da população.

Em continuidade aos estudos das teorias contemporâneas, Robert Dahl apresenta um posicionamento muito frágil quanto à existência de um modelo de teoria clássica da democracia. Analisando as teorias madisoniana e a populista, ele as classifica como

inadequadas para responder as demandas atuais da sociedade. A poliarquia, governo das múltiplas minorias, é apresentada como uma substituição para as proposições teóricas anteriores.

Bem como Schumpeter, Dahl parte de uma lista de características básicas que definem a democracia como um método político, constituindo-se em um arranjo institucional construído em torno do processo eleitoral. As eleições se constituem no ponto central da teoria política, pois são nelas em que se encontram os mecanismos para o controle das lideranças políticas eleitas pelos não-líderes. Em “Um prefácio à teoria democrática” (1956), o autor afirma ser preocupação afeita à teoria democrática analisar os processos pelos quais os cidadãos comuns exercem um grau relativamente alto de controle sobre os líderes.

Por avaliar a maioria da população como apática em relação a temas que tratem sobre política, Robert Dahl acredita não ser possível dar uma ênfase maior ao controle além daquele já estabelecido pela sociedade. Para o autor, poucos serão os que efetivamente aproveitarão as oportunidades oriundas do processo decisório, cabendo, o desenvolvimento dos mecanismos de controle, ao outro lado do processo eleitoral (processo de competição entre os líderes pelos votos da população)<sup>11</sup>. Eis aqui a vantagem do método democrático sugerido pelo sistema político das minorias, pois quanto maior for o número, o tamanho e a diversidade das minorias capazes de influenciar no processo de tomada de decisões, mais democrático é possível que esse sistema seja.

Ante a essas afirmações, destacamos que na teoria política sugerida por Dahl a igualdade política é verificada a partir da existência do sufrágio universal (um homem, um voto). Faz parte também das características desse sistema democrático a igualdade de acesso para influenciar os tomadores de decisão além do tempo estabelecido para processo eleitoral. Toda a engenharia institucional, portanto, é elaborada com a finalidade de existirem mecanismos de participação capazes de extrapolar os períodos eleitorais. Podemos ver um resgate das teorias clássicas no momento em que se julga necessário o desenvolvimento de um treinamento com a finalidade de ampliar a participação dos cidadãos no processo político.

---

<sup>11</sup> Aqui há uma alteração interessante, pois se poucos são os membros da população que serão capazes de aproveitar as oportunidades do processo decisório, os líderes são relativamente afetados pelos não-líderes. Caso esses resolvam mudar o seu apoio, dentro do campo das lideranças isso será sentido pelos seus participantes.

Algumas características podem ser elencadas como importantes nesse processo para a consolidação do modelo poliárquico, como: consenso de normas entre as lideranças (os condicionantes institucionais necessárias para a poliarquia devem ser oriundos de normas consensuadas); treinamento social para as escolhas dessas normas políticas (esse treinamento se daria pelas instituições presentes na sociedade, entretanto Dahl não sugere como ele será feito, apesar de reconhecer ser efetivo aquele que prepare o cidadão para apoiar as normas democráticas)<sup>12</sup>; desenvolvimento de um caráter democrático (no entanto, não afirma a necessidade de haver um único caráter democrático, como foi preconizado pelos autores clássicos); por fim, a atividade política se constitui como um pré-requisito para a poliarquia, mas o relacionamentos estabelecidos são extremamente complexos (apesar dessa afirmação ele se preocupa com a atividade política do homem comum, uma vez que os grupos de níveis econômicos mais baixos constituem-se nos mais vulneráveis a desenvolver personalidades autoritárias). O autor, portanto, vê um aumento nos índices de participação um ponto de tensionamento dentro de sua teoria, porque com a inserção de grupos mais autoritários pode haver um desequilíbrio do sistema democrático.

Na linha dos pensadores da teoria contemporânea da democracia, Giovanni Sartori constrói um quadro teórico visto como o mais radical ante os teóricos clássicos<sup>13</sup>. Apresenta-se dando continuidade ao pensamento da poliarquia de Robert Dahl, mas ressaltando o aspecto das elites também necessitarem de governar em competição.

Sartori constantemente lança mão da preocupação com a estabilidade do sistema democrático e na correlação entre a teoria e a prática na política. É perceptível a presença de um abismo entre a teoria clássica e a realidade. Deve-se ter muito cuidado, segundo o autor, para que não se façam interpretações erradas da teoria democrática mesmo após as revisões propostas pelos demais pensadores dessa época. Após o estabelecimento da democracia em um sistema, deve-se minimizar o seu ideal<sup>14</sup>. A democracia atualmente tem um papel de proteger suas lideranças políticas contra a mediocridade, a qual pode tentar substituir seus líderes por contra-elites não-democráticas.

---

<sup>12</sup> Dahl ainda distingue a existência de três tipos de treinamento: o reforço, o negativo e o neutro.

<sup>13</sup> Seu livro principal desse período é “Teoria Democrática” (1962), o qual posteriormente apresentou uma versão revisada sendo intitulada de “Teoria da Democracia Revisitada” (1994).

<sup>14</sup> O ideal sugerido aqui por Sartori é o princípio que nivela o poder. Para o autor isso se constitui no verdadeiro problema do sistema democrático, pois desequilibra a verticalidade do poder desestabilizando as estruturas de autoridade e liderança.

Assim como os demais autores desse período, Giovanni Sartori apresenta um temor pela participação ativa da população no processo político. Segundo o autor, o povo deve reagir, entretanto ele não o faz. Isso pode levar o processo político ao totalitarismo (preocupação constante de Sartori durante todo o seu discurso), devido a escolha por elites rivais não afeita aos valores democráticos. Na realidade, é essa a atitude mais comum do cidadão mediano e a inovação desse autor está em se perguntar como o cientista político pode classificar a inatividade do cidadão médio. Ao mesmo tempo em que se fez essa pergunta, Sartori afirma não ser possível fazer classificações, pois a pobreza, o analfabetismo e a falta de informação não conseguem responder sobre a apatia, bem como o argumento da falta de prática democrática sustentada na afirmação do “aprender a votar votando”.

Responder a essa pergunta é um esforço em vão, pois as pessoas só se sentem a vontade de participar e capacitadas a compreender aquilo em que já possuam alguma experiência. O cidadão médio, no argumento de Sartori, está incapacitado para formular algum posicionamento quanto à política, graças a sua baixa experiência prática quanto a essa temática. O autor parte do princípio que essa situação está consolidada e ao método democrático não cabe mudar esse quadro, pois pode colocar a manutenção do sistema político em perigo. A solução para tal impasse está na coação do grupo dos apáticos, ou na penalização da maioria participativa. No entanto, ambos os métodos corretivos não são aceitáveis.

Durante essa parte vimos os autores que manipulam a idéia da democracia como um espaço de participação e competição por cargos políticos e definem a necessidade de uma classe política comprometida em apresentar líderes capacitados para serem eleitos e ocuparem esses cargos. Em contraposição a esse posicionamento, verifica-se a participação da população relegada ao segundo plano dentro das teorias políticas revisadas. As críticas feitas aos autores clássicos, principalmente por Schumpeter, caracterizavam a produção da época como não-científica e dotada de diversos julgamentos de valor. No entanto, observamos que a análise dos autores da escola contemporânea esqueceu-se de entender a importância do desenvolvimento de práticas participativas nos cidadãos. Apesar de Dahl e Sartori estarem aproximados em suas teorias, pouco é falado de como as pessoas seriam treinadas para uma baixa ou para uma ativa participação política. Com a finalidade de entendermos esses pontos, vamos analisar a produção da linha denominada de cultura política e como os valores, normas,

regras e atitudes mais ou menos afeitas a democracia são transmitidas pelas gerações dentro de uma determinada sociedade.

## CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICAS

A cultura política é um conceito que trabalha com normas, valores, crenças e atitudes compartilhadas entre os cidadãos de um determinado sistema social, guardando uma relação de proximidade com o modelo desenvolvido de democracia em certo sistema político. Ao analisar o pensamento que se presta para a solidificação desta corrente teórica, verificamos seu germen nos estudos elaborados pelos filósofos gregos, destacando-se o nome de Platão<sup>15</sup>. Mas o conceito apresentou um importante desenvolvimento durante a construção da produção científica da Ciência Política, culminando no trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba, intitulado *The civic culture*.

Para os autores, a construção de valores, sentimentos, crenças e conhecimentos são fatores de relevância para a explicação dos padrões de comportamento político desenvolvido nos sistemas democráticos<sup>16</sup>. Constitui-se, portanto, um conjunto de orientações que motivam os cidadãos para a formação de uma cultura política mais afeita a valores de caráter democrático, bem como o de uma cultura cívica pautada por confianças inter-relacional e institucional fortes. Além desses pontos, verifica-se também a solidificação da cultura com maior inclusão de posicionamentos contrários<sup>17</sup>.

A partir da elaboração desse trabalho, construíram-se três tipos básicos de cultura política com o interesse de dar conta da realidade social e política observada. Para averiguar o grau de desenvolvimento de cada uma destas tipologias, Gabriel Almond e Sidney Verba trabalham com três dimensões de orientação política centradas na figura do indivíduo, como principal sujeito de ações dentro do sistema político estabelecido. As três dimensões são as seguintes: cognitiva (caracteriza-se pelo

---

<sup>15</sup> Platão sugere em seu livro “República” que o bom cidadão é aquele que se relaciona com a cidade, mas principalmente que passa pela formação do trabalho em equipe (exercícios físicos), matemática (pensamento lógico) e filosofia (desenvolvendo a participação, o interesse pela política e a preocupação com a sociedade).

<sup>16</sup> A análise de Gabriel Almond e Sidney Verba analisa o caso da democracia em cinco países (Estados Unidos, Itália, Alemanha, México e Inglaterra).

<sup>17</sup> A cultura cívica voltada para valores de caráter democráticos deve apresentar um incremento cada vez maior na prática comunicativa e persuasiva, elevando o consenso a ser estabelecido quanto à consolidação da cultura política mais democrática.

conhecimento sobre a política), afetiva (são os sentimentos quanto à política) e avaliativa (é o caráter moral sobre a política).

A primeira tipologia construída é a da cultura política de caráter paroquial. Nesse primeiro caso, as três dimensões averiguadas como base de análise em *The civic culture* não estão presentes. Para Coleman (apud ALMOND e VERBA, 1989), as sociedades baseadas em solidariedades mecânicas desenvolvem esse tipo de cultura política, como é o caso das sociedades tribais africanas. A realidade vivenciada nessas sociedades demonstra uma mínima especialização dos papéis políticos e sociais, verificando-se uma pouca diferenciação entre as esferas política e religiosa.

A cultura política de sujeição é o segundo tipo recorrente averiguado no trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba. O cenário estabelecido demonstra uma incongruência entre dimensões atitudinais e comportamentais. Na categoria de sujeição se verifica uma ocorrência de todas as dimensões propostas; entretanto, a participação não se constitui efetivamente, há a existência normativa dos processos participativos, mas não ocorre a transposição das atitudes em comportamentos efetivos. Uma interessante ilustração para o exemplo da cultura política de sujeição são os governos de caráter autoritário<sup>18</sup>. Essas sociedades apresentam certa especialização societal constituindo-se em sociedades orgânicas, um interesse por política por parte dos cidadãos e uma relativa dimensão avaliativa desenvolvida quanto à esfera política, no entanto, esse interesse acaba esbarrando na pouca participação.

O terceiro tipo de caso é a cultura política participativa. Nesse cenário verifica-se, assim como no segundo, o desenvolvimento das três dimensões construídas pelos autores. A principal peculiaridade dessa tipologia, que a diferencia dos outros tipos, está no interesse de participar ativamente dos processos políticos desenvolvido pelos cidadãos. A cultura política participativa volta-se para a ampliação de espaços de debate entre os atores políticos, constituindo-se uma congruência entre as dimensões atitudinais e comportamentais. Exemplos que possam ilustrar esse modelo tratam das experiências participativas que buscam agregar a sociedade civil e o Estado.

O trabalho de Almond e Verba foi alvo de diversas críticas, onde destacamos os debates de Carole Pateman, e a sua discussão quanto à eficácia política e a ampliação de

---

<sup>18</sup> A cultura política de sujeição pode ser verificada não somente nas instituições governamentais, uma vez que a base da análise de cultura política está centrada nas práticas interpessoais. Essa incongruência de valores pode ser destacada nos círculos de relações bem menores como na família, onde não necessariamente os valores efetivamente são horizontalizados.

espaços de participação com o sentido educativo da prática cidadã. Já Ronald Inglehart explora as questões das mudanças sociais, econômicas e políticas que se deram a partir do desenvolvimento econômico das últimas décadas.

Carole Pateman preocupa-se com o caráter político que a palavra participação passa a ter a partir da década de sessenta. Seu resgate teórico demonstra que a idéia da sociedade participativa é recorrente nos autores clássicos da Ciência Política. Para a autora, a prática de participar desenvolvida nos cidadãos só pode levar a maiores interesses em se fazer presente nos assuntos da política. Ao trabalhar com autores como Rousseau, Stuart Mill e Cole, Pateman verifica a presença desta temática em suas teorias. Adiantando-se, como visto anteriormente, aos autores preocupados com a importância da socialização política participativa para a consolidação de valores democráticos.

Enquanto Carole Pateman analisa essas características da democracia, Ronald Inglehart afirma ser essencial entender as mudanças ocorridas nos valores das sociedades de caráter materialistas para as orientadas por valores pós-materialistas, bem como o quanto isso pode estabelecer alterações qualitativas no cenário social. O corte geracional verificado na sociedade se constitui em um ponto esclarecedor para entender as mudanças qualitativas de demandas sociais e para que se possa trabalhar a noção da sucessão dos direitos que compõem a constituição da cidadania. Inglehart discute os impactos exercidos por duas categorias de desenvolvimento (o econômico e o tecnológico) sobre a consolidação de uma democracia mais efetiva sobre um cenário normativista. A supressão das necessidades de caráter mais básico altera a ordem das demandas dos cidadãos, bem como a qualidade da democracia, da cultura política e da cidadania. Passa-se ao primado de valores pós-materiais com incremento ao respeito das pluralidades societárias<sup>19</sup>. Crescem os valores de auto-expressão, tornando a sociedade mais inclusiva das diferenças sociais. Para Baquero e Prá (1992) o desenvolvimento desse novo padrão societal traz para a cultura política a inserção de novos valores a serem incorporados.

Assim como os teóricos clássicos apresentados anteriormente, em que podemos verificar a preocupação com o “treinamento” para a prática participativa, os autores da

---

<sup>19</sup> Os principais valores defendidos no caso da sociedade pós-material são os valores de minorias e de auto-expressão. Grupos como mulheres, minorias étnicas, grupos ambientalistas e homossexualidades passam a serem respeitados com o desenvolvimento efetivo da pluralidade. A supressão da hipótese da escassez, como denomina Inglehart, permite que outras demandas entrem na agenda da sociedade.

linha culturalista da Ciência Política elencam como importante desenvolver comportamentos e atitudes afeitos a valores democráticos a partir de padrões de socialização política. Para tanto é necessário que se respondam duas questões básicas que vão tratar de como esses valores podem ser internalizados na sociedade e entram na prática dos cidadãos: como a cultura política se dissemina pela sociedade? E quais os mecanismos que são usados para que os valores sejam internalizados pelos cidadãos de um sistema político?

A resposta para as duas questões anteriores pode ser vista a partir da perspectiva da socialização política como forma de entender o processo de internalização dos valores, crenças, normas e atitudes presentes na cultura política de uma sociedade. A preocupação é compreender quais são esses mecanismos que se desenvolvem para que as novas gerações sejam devidamente socializadas pelas gerações mais antigas, tornando-se aptas para atuar dentro desse meio social. Conforme João Pedro Schmidt (2000) propõe:

“A relevância teórica da pesquisa sobre cultura e socialização política está em buscar uma compreensão das condições de estabilização da democracia, sendo que a concepção de democracia deve integrar forma e conteúdo, institucionalidade e mundo da vida, democracia política e social, representação e participação, superando, assim, a visão formalista ...”

Para o autor, a socialização pode ser entendida a partir dos tipos que a compõem e das categorias de agências socializadoras por onde a sociedade tem seus valores internalizados, (SCHMIDT, 2001). Adiante podemos observar como ela se desdobra.

A socialização de caráter primário ocorre no seio familiar, durante a infância e exercer forte influência no desenvolvimento político do indivíduo. As primeiras noções de identidade política partidária e participação política se estabelecem nessa esfera de atuação. A outra forma de socialização é nomeada de secundária caracterizando-se por ser um processo subsequente ao estabelecido no lar, vindo a se consolidar com a circulação do indivíduo em outros setores da sociedade. Nessa fase são comuns as transformações das atitudes de caráter parcial, constituindo-se em mecanismo de adaptação.

Há que se ressaltar a presença de uma terceira forma de socialização, denominada ressocialização. Ela vem acompanhada de profundas transformações, conduzidas por processos de rupturas fortes. O seu caráter é similar ao da socialização primária, uma vez que leva a reinterpretar os fatos a partir do aniquilamento das vivências anteriores.

Observando esse debate de tipos de socialização, verifica-se que tal fenômeno não é sinônimo de uma transmissão puramente intencional de orientações políticas, mas, sim, originado a partir da infinidade de circunstâncias e experiências interagem neste processo de socialização política. Para tanto, é necessário verificar as outras duas formas de transmissão de atitudes políticas citadas por Almond e Coleman (1969).

Para esses autores há outra divisão relevante para explicar o processo de internalização dos valores da sociedade. Um primeiro tipo é conhecido como socialização latente, caracterizando-se como a transmissão de orientações políticas de caráter difuso e não programado. Podem ocorrer na família, durante a infância, bem como em outras instituições e grupos sociais. A outra forma de socialização denomina-se manifesta e constitui-se por ser uma transmissão explícita de orientações políticas, desempenhada pelas diversas agências de socialização presentes na sociedade.

Essa categorização em agências socializadoras primárias e secundárias demonstra um processo de continuidade na transmissão de valores, onde não há só um padrão de influências exercidas pelas diversas agências, variando de um contexto social para outro. As principais instituições que podem ser reconhecidas como transmissoras da cultura política são família, escola, grupos de pares, igreja, ambiente de trabalho, partidos político, movimentos sociais e mídia. Segundo Schmidt (2001), dentre todas essas instituições elencadas, a família é a que desponta com maior destaque, seguida da escola e, na década de oitenta, a mídia vem tomando um espaço importante como agência socializadora. Pesquisas apontam que a televisão ocupa a maior importância e confiança pelas pessoas como espaço de disseminação de informações, enquanto que a Internet vem crescendo, mas ainda está em terceiro lugar como meio de comunicação e informação de relevância para a sociedade. Esses dados devem dizer algo sobre a capacidade de socialização política e desenvolvimento da cidadania que esses veículos de comunicação desejem passar.

A marca principal dos estudos de socialização política está ancorada nas análises comportamentalistas e funcionalista, escolas que se fortaleceram nos Estados Unidos. Em contrapartida, a perspectiva de análise europeia apresenta uma forte influência dos

estudos de caráter marxista, weberiano, fenomenológico, estruturalistas e, por fim, da teoria crítica da escola de Frankfurt.

Os pontos vistos anteriormente demonstram o quanto é importante a ampliação dos mecanismos de prática social que levam os cidadãos a se tornarem participativos e responsáveis com a vida política dentro de suas sociedades. Nessa perspectiva teórica, pode-se partilhar de um modelo quase deliberativo de democracia a partir do desenvolvimento da prática constante da cidadania e na ampliação de mecanismos de socialização política das instituições presentes na sociedade. Esses mecanismos são de vital importância para a consolidação de modelos mais inclusivos e afeitos a valores que estabeleçam a democracia.

## BIBLIOGRAFIA

ALMOND, Gabriel Abrahan e COLEMAN, James Smoot (Coord.). A política das áreas em desenvolvimento. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1969.

ALMOND, G. e VERBA, S. The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations. Nova York: Sage, 1989.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2007.

BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

DAHL, Robert. Poliarquia. São Paulo. Editora da USP. 2005.

INGLEHART, Ronald. How solid is mass support for democracy: and how can we measure it? Political Science and Politics. Vol. 36, nº 1, pp. 51-57. 2003.

INGLEHART, Ronald. Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic and Political Change in 43 societies. Princeton. Princeton Press. 1997.

NAZZARI, Rosana K. Capital Social, cultura e socialização política: a juventude brasileira. *Tese de Doutorado em Ciência Política*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, agosto de 2003.

NAZZARI, Rosana K. Juventude Brasileira: Capital Social, Cultura e Socialização Política. Cascavel. EDUNIOESTE. 2006.

OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de. Teoria Política Moderna: uma introdução. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2006.

PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1992.

SCHMIDT, João Pedro. Equilíbrio de baixa intensidade: capital social e socialização política dos jovens brasileiros na virada do século. In: BAQUERO JACOME, César Marcelo (org). Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre/Brasília. Ed. UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. 2001.

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo. Ática. 1994.

SCHMIDT, João Pedro. Juventude e Política no Brasil: a socialização política nos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul. EDUNISC. 2001.

ROUSSEAU. Jean-Jacques. O contrato social. Coleção L&PM Pocket. 2009.

WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política. São Paulo. Ática. 15ª Edição. 2008.